



Tese nº 2

Tema: Fortalecimento do FNDC

Identificação: Para crescer e se fortalecer, o FNDC precisa mudar e se democratizar

Autoria: ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil

À XVI Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

PARA CRESCER E SE FORTALECER, O FNDC PRECISA MUDAR E SE DEMOCRATIZAR

1. Breve histórico.

A luta pela democratização da comunicação em nosso país tem décadas de existência, e ganhou maior visibilidade na década de 80 do século passado, quando surgiram diversas articulações nacionais com o objetivo de coordenar este movimento. A Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas da Comunicação (1984-1986) e o Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (1987-1988) foram expressões primeiras dessas iniciativas, e terminaram incidindo sobre os trabalhos do processo Constituinte que resultou na Constituição de 1988. À frente destas articulações, estavam entidades ligadas aos jornalistas, radialistas, artistas, estudantes e professores de comunicação.

Na sequência, em 1991, é criado o FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – passando a atuar como principal espaço de articulação política das entidades envolvidas nesta luta. Uma de suas primeiras iniciativas foi a luta pela regulamentação do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, que foi aprovado ainda em 1991. Criam-se vários comitês estaduais Brasil afora, organizam-se atividades de mobilização, agregam-se novas entidades nacionais e estaduais ao movimento. Em 1994, o FNDC chegou a ter 44 comitês estaduais ou regionais, e cerca de 394 entidades filiadas em seus diversos comitês. Realiza sua V Plenária, aprova o documento ‘Bases de um Programa para a Democratização da Democratização no Brasil’. Em 1995, o FNDC vê aprovada a Lei da Cabodifusão, Lei 8.977/95, fruto de elaboração teórica e de articulação política dos principais quadros do FNDC, tendo à frente o jornalista Daniel Herz, representante da FENAJ.

Nos anos seguintes, o FNDC se envolve diretamente em várias outras lutas. A luta pela reestruturação da antiga TV Manchete, a elaboração de uma Lei da Informação Democrática, a implantação do Conselho de Comunicação Social (que embora aprovado em 1991, só seria implementado em 2002), a luta da radiodifusão comunitária, que começava a ganhar uma dimensão nacional. Nesta segunda metade dos anos 90, o FNDC perde um pouco a sua capacidade de organização e formulação, vários comitês terminam se desorganizando, o movimento social como um todo reflui, fruto das políticas neoliberais do Governo FHC, incluindo aí o processo de privatização das telecomunicações.

No início dos anos 2000 o FNDC busca se rearticular. A partir de 2002 passou a defender mais firmemente a realização da Conferência Nacional de Comunicação. Fez campanha contra a Emenda Constitucional que permitia a entrada de capital estrangeiro nas empresas de comunicação, mas é derrotado. Participou das negociações para a implementação da primeira e segunda gestões do Conselho de Comunicação Social (2002-2004 e 2004-2006), tendo alguns de seus quadros participado diretamente destas gestões. Participou ativamente do debate público sobre a implantação da TV Digital no país. Participou do I Fórum Nacional de TV Pública, que resultou na criação da EBC – Empresa Brasil de Comunicação. Ajudou a criar a Comissão Nacional pró I Confecom, junto com muitas outras entidades não filiadas ao FNDC, já em 2008, e a construir as comissões estaduais. Em 2009, participou como membro efetivo da Comissão Organizadora da I Confecom, e ajudou a criar as condições para que ela se realizasse, em dezembro deste ano, apesar de toda a pressão e boicote de parte do setor empresarial.

Ao longo de todo este caminho, o FNDC se legitimou como principal espaço de organização desta luta, em nível nacional, ganhou credibilidade e institucionalidade junto aos demais interlocutores, principalmente junto aos poderes públicos. Mas nem tudo foram flores. Aos poucos, aqui e ali, vão aparecendo as insuficiências no FNDC, suas dificuldades internas e externas.

2. Os principais desafios.

O primeiro problema que precisa ser enfrentado é que o FNDC precisa voltar a ser um fórum de entidades nacionais e comitês estaduais. O FNDC não é, e não pode ser, uma entidade por si só, portanto não pode se comportar como tal. Se é um fórum, que agrega inúmeras entidades nacionais e comitês estaduais, precisa estar preparado para conviver com a diversidade, que é exatamente a riqueza do nosso movimento. Somos o ponto de convergência não só de inúmeras entidades nacionais e comitês estaduais, mas de inúmeras lutas que se combinam e se entrelaçam no âmbito da democratização da comunicação. É a luta pela banda larga, é a batalha pelo novo marco regulatório das comunicações, é o movimento dos blogueiros progressistas e das mídias alternativas, é a construção e fortalecimento da comunicação pública, é a defesa da radiodifusão comunitária, é a luta por uma internet livre e democrática, é a campanha contra a baixaria na TV, é o movimento que luta para valorizar o papel da mulher na mídia, são as iniciativas para regulamentar a publicidade para crianças e adolescentes, para falar apenas em algumas dessas vertentes, com atores sociais e protagonistas os mais diversos. Querer coordenar a luta pela democratização da comunicação em nosso país significa ter que dialogar com todos estes atores sociais, todas estas vertentes do movimento, ter capacidade de atrair e agregar estes diversos atores ao FNDC. Em determinados momentos, o FNDC parece se esquecer dessa complexidade e diversidade da nossa luta, age como se fosse uma entidade, toma decisões, decide iniciativas, agenda atividades, inicia interlocuções, estabelece prioridades, como se todo esse movimento social diverso e complexo fosse vir a reboque de suas iniciativas, por osmose ou inércia, o que nem sempre acontece. O chamado Conselho Consultivo do FNDC jamais funcionou, jamais foi ‘consultado’. Em várias ocasiões, o FNDC pareceu sofrer de um certo internismo, de ausência de democracia interna, de incapacidade de construir e implementar ferramentas de consultas amplas ao movimento.

O movimento de construção da I Confecom, e mesmo as iniciativas tomadas no pós Confecom, deixaram a nu esta situação. A Comissão Nacional Pró Confecom era muito mais ampla do que o FNDC, assim como as comissões estaduais e municipais, pois logo ficou claro que o tema da comunicação conseguiu finalmente ser capilarizado em nossa sociedade e agregar inúmeros atores sociais que jamais haviam debatido o tema da comunicação e suas lutas, e que não se sentiam representados pelo FNDC. No período pós Confecom, houve um processo de dispersão e desorganização do movimento, e o FNDC não deu demonstrações de conseguir reverter este quadro. No processo recente de reorganização do movimento, ao longo de 2011, novamente foi possível perceber que o FNDC não foi capaz de atrair para o seu interior inúmeras entidades e setores sociais organizados que têm importantes contribuições a dar à nossa luta. Mesmo entidades que já haviam manifestado sua intenção de ingressar no FNDC (em janeiro de 2011), não obtiveram uma sinalização clara por parte do FNDC neste sentido. Não houve uma política clara e firme de organizar novos comitês estaduais ou regionais, ou de ampliar aqueles que já existiam. Aqui e ali foram construídas ‘frentes amplas’ pela liberdade de expressão e pelo direito à comunicação, incorporando dezenas de entidades não filiadas aos comitês do FNDC. A nota positiva, na conjuntura, foi a pactuação e implementação de uma ‘agenda nacional de mobilização’, criando as condições para um trabalho conjunto, e uma maior aproximação das demais entidades ao FNDC. Fruto disso, foi o lançamento da FrenteCom – Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação, no Congresso Nacional, e a Plenária Nacional do Movimento pela Democratização da Comunicação (Brasília, 19 de abril), as duas reuniões com o Ministro das Comunicações (Brasília, 20 de abril e 18 de outubro), o Seminário ‘Marco Regulatório – Propostas para uma Comunicação Democrática’ (Rio de Janeiro, 20 e 21 de maio), o processo de construção da ‘Plataforma por um novo Marco Regulatório das Comunicações’ (junho a outubro), e o lançamento desta Plataforma no Dia Mundial de Democratização da Mídia (atividades em vários Estados, 18 de outubro).

O segundo problema que precisa ser enfrentado no FNDC é a justa e equilibrada combinação entre diferentes estratégias de luta. Nossa luta não começou hoje e não tem data pra terminar. É uma luta complexa, que exige muita paciência, capacidade de elaboração e habilidade de negociação. Mas, como toda luta social consequente, exige também e principalmente, muita mobilização, pressão social, visibilidade, agitação e convencimento de amplos setores da população. Combinar estas diferentes estratégias, adaptá-las às diferentes etapas da conjuntura, ter a sensibilidade para saber qual é a hora para priorizar a formulação ou a necessária negociação política, ou qual é a hora para propor atividades de mobilização e agitação do movimento, parece não ter sido a tônica do FNDC, que muitas vezes supervaloriza as negociações palacianas em detrimento da mobilização e pressão popular. Não acreditamos em movimento social vitorioso que não tenha à frente uma vanguarda política organizada. Mas, essa vanguarda política deve ser capaz de enfrentar os desafios colocados por esta conjuntura. Isso

exige muita capacidade de elaboração, de negociação e articulação política, mas também de mobilização e sensibilização de amplos setores sociais. A experiência recente do povo irmão argentino na luta pela construção e aprovação de sua “Ley de Médios” demonstrou que só se conquista uma vitória como essa com muita mobilização e muita luta.

3. Por que e como fortalecer o FNDC?

A conjuntura atual, com todas essas ‘janelas de oportunidades’ exige que o movimento encontre um novo patamar de organização e de unidade. Tanto em nível nacional, quanto nos Estados e Municípios, o movimento precisa consolidar a sua unidade organizativa e política. A dispersão, a fragmentação, a falta de ação unitária e coesa, poderá ser fatal em nosso movimento. Por isso, não de hoje, a ARPUB vem defendendo a unificação organizativa e política do nosso movimento, e já temos contribuído para isto em vários Estados, ajudando a construir ‘frentes amplas pela liberdade de expressão e pelo direito à comunicação’.

Em nível nacional, o FNDC se constituiu no principal espaço institucional de aglutinação e organização do movimento pela democratização da comunicação. Seus defeitos, insuficiências ou equívocos, devem ser compreendidos como de todos nós, parte do processo comum de crescimento do nosso movimento. Ficar de fora do FNDC, apenas criticando e lamentando esta ou aquela insuficiência, este ou aquele equívoco, não nos levará a lugar nenhum. É hora de ‘chegar junto’, de agregar valor político e organizativo ao FNDC, ajudando-o a mudar, a corrigir rumos, a melhorar sua performance. Este é o sentido da carta (*‘Fortalecer a organização e garantir a unidade do movimento de comunicação’*) que 7 entidades nacionais enviaram ao FNDC, em janeiro de 2011, sinalizando seu desejo de ingresso no FNDC, mas propondo um processo de construção dessa unidade, baseado num calendário comum de ações, e na construção de mecanismos democráticos de participação e decisão. A chegada dessas novas entidades traz um vento novo ao FNDC, ajuda a arejar as relações internas, amplia a representatividade e a legitimidade do fórum, mas ela precisa de ser acompanhada de um conjunto de iniciativas que simbolizem e materializem este sentimento de mudança.

Nossa unidade não pode ser artificial. Ela deve estar solidamente construída em bases políticas concretas. Por um lado, a contribuição histórica do FNDC, ‘Bases para um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil’ continua sendo nossa principal referência. Mas é necessário atualizá-lo, circunscrevê-lo na atual conjuntura, articular as diferentes lutas e vertentes do nosso movimento, propor um plano de ação concreto para o próximo período (2012-2013), objetivo que a XVI Plenária do FNDC deverá cumprir, ao debater o tema ‘Marco Regulatório das Comunicações’.

Mais do que isto, precisamos sair da XVI Plenária do FNDC com um compromisso assumido em relação à democracia interna do nosso movimento. A construção de um trabalho colegiado, na nova Coordenação Executiva do FNDC, deve se impor como contraponto a uma dinâmica mais pessoalizada, centralizadora ou presidencialista. Além disso, a Coordenação Executiva precisa se renovar, buscando um delicado equilíbrio entre a continuidade do trabalho histórico realizado até aqui e a necessária sinalização de incorporar novos atores sociais. O Conselho Deliberativo precisa não apenas ser renovado, mas precisa efetivamente funcionar como instância de consulta e deliberação do movimento. Outros mecanismos de gestão participativa precisam ser trabalhados de forma mais eficaz (lista de discussão na web, plenárias semestrais, grupos de trabalho que incorporem entidades que não estão na Coordenação Executiva, relatórios de gestão no site da entidade). Comitês estaduais e regionais devem ser reforçados e ampliados (e criados aonde ainda não existam), trabalhando lado a lado com as frentes amplas pela liberdade de expressão e pelo direito à comunicação. E, como já veio acontecendo desde o processo de construção da I Confecom, e se acentuou ao longo de 2011, o FNDC deve buscar trabalhar sempre com um amplo leque de entidades nacionais, mesmo aquelas que continuarem não filiadas ao FNDC, organizando plenárias abertas, constituindo GTs comuns, pactuando agendas e cronograma de atividades comuns, organizando e implementando campanhas nacionais de mobilização em conjunto com estas entidades.

4. Propostas de Resoluções.

- A Coordenação Executiva do FNDC deve trabalhar de forma colegiada, distribuindo entre seus membros tarefas específicas, adotando um planejamento estratégico como ferramenta de gestão e apresentando ‘relatórios de gestão’ semestrais ao conjunto das entidades nacionais e comitês regionais filiados.

- O Conselho Deliberativo do FNDC deverá funcionar efetivamente como instância de deliberação do movimento, sendo consultado em torno das principais questões conjunturais a deliberar, como construção de agendas, elaboração de documentos e pronunciamentos oficiais, organização de campanhas, estratégias de negociação e interlocução com poderes públicos e demais atores sociais, definição de prioridades e tarefas organizativas.
- O FNDC deverá ter uma política clara de ampliação de sua composição, buscando atrair novas entidades nacionais, sempre a partir de uma identidade programática e de ação, estabelecendo com essas entidades uma agenda de contatos, visitas, conversas, trocas de informações, consultas e ações comuns. Mesmo em relação às entidades nacionais que optarem por não se filiar ao FNDC, este deverá buscar trabalhar em conjunto, de forma ampliada e unitária, construindo sempre plenárias e espaços amplos de interlocução e construção comum do movimento. O mesmo processo deverá orientar a atuação dos comitês estaduais e regionais do FNDC, buscando sempre trabalhar de forma democrática e unitária dentro das frentes amplas pela liberdade de expressão e pelo direito à comunicação.
- A Coordenação Executiva do FNDC deverá criar GTs para tocar tarefas, envolvendo entidades nacionais e comitês regionais do Conselho Deliberativo, ou mesmo outras entidades e comitês que não façam parte do Conselho Deliberativo. Como sugestão, propomos um GT de Organização (secretaria, documentação, cadastro, contatos, comitês regionais), um GT de Comunicação (revista, site, boletins, materiais de divulgação) e um GT de Mobilização (campanhas, convocações, eventos, atividades).
- O FNDC deverá incrementar outras ferramentas de democratização de sua gestão, tais como: a) lista de discussão na web; b) prestação de contas, através de relatórios semestrais de gestão; c) plenárias semestrais nacionais.
- O FNDC deve fortalecer e apoiar a FrenteCom – Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação, buscar traçar com ela uma estratégia comum de atuação, não apenas em torno do processo de construção do novo Marco Regulatório das Comunicações, mas também sobre todos os PLs e iniciativas parlamentares com conteúdos sobre comunicação, com destaque para a tramitação do Marco Civil da Internet no Brasil e para a regulamentação do PL 12.485/2011 (TV por Assinatura). Igualmente, fortalecer, apoiar e incentivar a criação de frentes parlamentares estaduais e municipais, nos moldes da FrenteCom.
- O FNDC deve dialogar com todos os fóruns e espaços onde se discuta a comunicação, previstos para 2012, em particular para aqueles já agendados para o primeiro trimestre, como o III Fórum de Mídia Livre (P. Alegre, simultâneo ao FSM, 24 a 29/01), o I Fórum Mundial de Comunicação e Inclusão Digital (P. Alegre, 30/01 a 01/02), e o I Encontro Nacional do Direito à Comunicação (Recife, 09 a 11/02), participando ativamente destes eventos, trocando informações, costurando alianças, estabelecendo agendas comuns.

ARPUB – ASSOCIAÇÃO DAS RÁDIOS PÚBLICAS DO BRASIL